



*Agenda 150 Anos de Memória
Histórica do Tribunal Bandeirante*

*Homenagem ao
Desembargador Joaquim de Paula Ribeiro*

22/10/2015

ÍNDICE

Clique nas chamadas para ser remetido para a página onde se localiza o texto

DISCURSO - Des. José Manoel de Paula Ribeiro (Orador em nome do Tribunal de Justiça de São Paulo)

AGRADECIMENTO EM NOME DA FAMÍLIA - Joaquim de Paula Ribeiro Júnior (filho do homenageado)

ENCERRAMENTO - Des. Eros Piceli (Vice-Presidente do Tribunal de Justiça)

A Corte paulista, em cerimônia realizada no Palácio da Justiça, homenageou o juiz **Joaquim de Paula Ribeiro**, em continuidade à Agenda 150 Anos de Memória Histórica do Tribunal Bandeirante.

Conhecido como “juiz do povo”, o magistrado Joaquim de Paula Ribeiro foi homenageado pela **Agenda 150 Anos de Memória Histórica do Tribunal de Justiça Bandeirante**, projeto que busca resgatar o legado de grandes personalidades que trabalharam na instituição.

Joaquim de Paula Ribeiro nasceu em 21 de outubro de 1925, integrante de uma família de 11 pessoas.

Mesmo com todos os obstáculos, o homenageado conseguiu formar-se na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo em 1953. Exerceu a Advocacia antes de ingressar na Magistratura, feito que conseguiu em 1957. Nos anos seguintes, julgou nas comarcas de Lins, Cananéia, Nhandeara, Jales e São José do Rio Preto (onde permaneceu por nove anos). Em 1975 foi promovido para a Capital, mas aposentou-se no mesmo ano. Passou as décadas seguintes advogando e cuidando de suas lavouras. Faleceu em 2007.

A incumbência de ser orador em nome do Tribunal de Justiça coube ao desembargador **José Manoel Ribeiro de Paula**, sobrinho do homenageado:

Como tem feito a gestão atual, em homenagem a juizes e desembargadores desta Corte, verdadeiras lendas que honraram a Magistratura Bandeirante, honra-me o Tribunal de Justiça de São Paulo como orador nesta noite em que presta homenagem ao juiz JOAQUIM DE PAULA RIBEIRO, que ontem, 21 de outubro, completaria 90 anos.

Justa a homenagem que se presta a Joaquim, um grande homem, um grande juiz, quem o conheceu sabe perfeitamente do que falo, e que isso é pouco para adjetivar o homem simples, despojado de vaidades, dotado de muitas virtudes, elevada complexidade moral, espiritual e intelectual, que encantava pela simplicidade, inteligência aguçada e humor fino.

Um pouco da história pessoal do homenageado. Nascido na querida e antiga Ituverava a 21 de outubro de 1925, terra de nossos antepassados, os Paula Ribeiro, filho de Carolina Judith dos Santos e José de Paula Ribeiro, casou-se com Maria Aparecida Falleiros de Paula, e nasceram os filhos: Maria Eugênia Falleiros de Paula Francisco (*in memoriam*), casada com José Cesário Francisco Júnior; Maria Cristina Falleiros de Paula Salomão, casada com Luís Vitor de Lima Salomão; Joaquim de Paula Ribeiro Júnior, casado com Vera Regina Andrade Mello de Paula; Luís Augusto Falleiros de Paula; e Adriana Falleiros de Paula Estephan, casada com Jorge Abdanur Estephan; deixou 11 netos e bisnetos.

Compôs numerosa família de nove irmãos: Almerinda de Paula Cavallari; a *Dona Tuta*; Ernestina de Paula Rezende, a *Dona Santa*; Odete de Paula Ribeiro; Eni de Paula Luz; Anália Ribeiro da Rocha; Mercedes de Paula Telles; Messias Ribeiro de Paula, o *Lolô*, meu saudoso pai; e Jahyr de Paula Ribeiro. Todos nascidos nas décadas de 1910, 1920 e 1930; muitos, uns mais cedo, outros longevos, despediram-se a seu tempo.

É até possível, sem maior esforço de imaginação, tecer uma ideia, uma noção vaga, mas não é fácil alcançar e apreender a sofrida, pungente e profunda dimensão das dificuldades e dos percalços que aquela família, no início do século XX, viveu na pequena Ituverava do interior de São Paulo; o patriarca José de Paula Ribeiro, o *Zé Joaquim*, e a mulher Carolina, *Dona Fiica*, na fazenda Pouso Alto, tiravam o sustento da numerosa família, conduziam a filharada (6 mulheres e 3 homens), com muita firmeza e dignidade; pensem, reflitam, tudo isso no limiar do século XX, ainda sob os influxos do fim da escravatura formal, começo da República, das revoluções internas, dos efeitos da Primeira Grande Guerra, das carências materiais, e ainda depois dos flagelos da Segunda Guerra Mundial.

Tempos difíceis aqueles, tudo devia ser conquistado a duras penas, principalmente a formação nos estudos



superiores, mas havia uma força, uma força maior que a todos movia como que impelidos para frente em busca da identidade própria dos grandes.

Zé Joaquim, como era conhecido, o patriarca, faleceu cedo, aos 57 anos, em 1945, deixando a viúva e os nove filhos, Joaquim então com 20 anos.

Formaram-se as seis irmãs, todas no Magistério, profissão respeitada e altamente valorizada naquela época; dos três irmãos, exceto o mais velho, meu pai, nascido em 1912, que permaneceu na lida rural, formaram-se dois, o Jahyr de Paula Ribeiro, nascido em 1922, em medicina. Era uma turma realmente *da pesada*, no melhor sentido da expressão.

Joaquim, o nosso homenageado, nasceu em outubro de 1925, no recolhimento das velas da primeira quarta do século XX; fez os primeiros cursos em Ituverava; mudou-se para São Paulo, bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Largo de São Francisco, turma de 1953, onde colou grau em 02/04/1954; atuou e inscreveu-se em 20/10/52 como solicitador acadêmico na Ordem dos Advogados do Brasil, sob n° 2.378; serviu o Ministério da Guerra, envergou como oficial a farda do Exército Brasileiro.

Homem engajado que era com as coisas da sociedade de seu tempo, aos 27 anos de idade, já casado, Joaquim também manifestou sua veia política, que exercitou na prática; lançou-se e foi eleito vereador pelo então PSD em Ituverava, exercendo a vereança na Câmara Municipal de Ituverava, no início da década de 1950.

Já formado nas Arcadas, logo no início da carreira foi advogar na região de Fernandópolis; mediante concurso público, ingressou na Magistratura do Estado de São Paulo, tomou posse em 02/05/57, como Juiz Substituto da 23ª Circunscrição Judiciária de Lins; promovido em 17/09/58, para o cargo de Juiz de Direito de Cananéia, 1ª Entrância; removido, em 11/08/60, ao cargo de Juiz de Direito de Nhandeara, 1ª Entrância; promovido em 08/12/62, ao cargo de Juiz de Direito de Jales, 2ª Entrância; promovido ao cargo de Juiz de Direito de Monte Aprazível, 3ª Entrância, mas, por opção, permaneceu como Juiz de Direito da 1ª Vara de Jales, posse em 30/12/64; promovido em 16/08/66 ao cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara de São José do Rio Preto, 4ª Entrância, classificada em 3ª Entrância em 1969; promovido em 08/05/75 ao cargo de Juiz de Direito da 9ª Vara da Família e das Sucessões da Capital, Entrância Especial; removido para a 4ª Vara de Acidentes do Trabalho da Capital em 31/05/75; aposentado em 12/07/75.

Voltou a advogar, e finalmente a cuidar de suas atividades rurais, que sempre fizeram parte de sua vida, do começo ao fim, era como uma necessidade, fazia por amor no trato com a terra.

Sei por que escolhi a carreira da magistratura desde muito cedo, muito antes de entrar para os bancos acadêmicos da Faculdade de Direito; escolhi a carreira quando fui “escolhido”, aos 14 anos, em 1970, pelo tio Joaquim e por meu pai (irmão dele), para trabalhar no 2º Cartório de Notas e Ofício de Justiça da Comarca de Jales, onde Joaquim atuara como juiz Titular antes de ser promovido a São José do Rio Preto; cartório não oficializado, trataram com o Alfredo Salviano, então escrivão interino, e fui admitido como auxiliar de cartório.

Sei por que peguei amor pelo Direito, mas se não havia na família dos Paula Ribeiro algum magistrado em quem pudesse, como nele eu me inspirei, não sei dizer exatamente por que Joaquim escolheu a Magistratura depois de se formar nas Arcadas e de exercer a advocacia na região de Fernandópolis.

Arrisco-me, contudo, a dizer que Joaquim era um daqueles homens que nasceu para ser exatamente o que foi, e foi exatamente o que todos que o conheceram tiveram como percepção de suas qualidades como profissional, sobretudo, de seu bom desempenho e preparo como juiz; bom preparo somente de um homem que persegue a vocação que ama é capaz de ter.

Joaquim também amava a terra, era homem do campo. Se eu tivesse a leveza da mão do artista, desenharia Joaquim debruçado sobre processos e livros, e com os pés firmes sobre o chão da terra produtiva de lavoura, atividade rural de que ele nunca abdicou, nunca abriu mão, pelo contrário, a ela sempre se dedicou com amor e desvelo praticamente a vida inteira, caminho também escolhido por seu filho Luís Augusto, que atualmente vive e



trabalha no Estado do Tocantins.

Joaquim, nome de origem hebraica, significa *o que Deus estabeleceu, o que Deus elevou, o progenitor da Virgem Maria, mãe de Jesus*, então, *o padroeiro dos avôs*, denota pessoa firme e segura que age sempre de maneira leal.

Joaquim fez jus a esse nome que honrou por longos e paradoxalmente rápidos, 82 anos, aqui neste plano, e hoje o Tribunal de Justiça destaca, nesta singela, mas significativa homenagem por seu profícuo trabalho como magistrado nas décadas de 1950, 1960 e 1970 no interior de São Paulo, notadamente na grande região de Rio Preto, sede da 16ª Circunscrição Judiciária, hoje 8ª Região Administrativa Judiciária do Estado.

O jornal rio-pretense “Bom Dia”, edição de 26/9/07 sobre o passamento de Joaquim de Paula Ribeiro, traz o subtítulo: “Juiz do povo’, ele andava de botina, fumava cigarro de palha, mas tinha gosto literário refinado”.

Segue o jornal falando sobre sua vida pessoal e profissional, com nota de que “numa ocasião, ainda em Jales, tomou um ônibus para Ribeirão Preto, onde tinha compromissos. Como não havia cobrador, a cada parada o ônibus demorava porque o motorista tinha de fazer a cobrança. Ao saber da situação, ele assumiu o posto e até foi indicado para ocupar o emprego”.

Nessa mesma edição o jornal publica artigo assinado, por Paulo Humberto Borges, Promotor de Justiça aposentado, com a seguinte e comovente mensagem, sob o título “MEU TIPO INESQUECÍVEL”.

Dizia então o Promotor Paulo Humberto:

“Os antigos leitores de ‘*Seleções*’ vão lembrar do título acima. Naquele tempo de poucas revistas, o leitor lia uma história de um personagem que era um exemplo de vida. Esses personagens existiam e existem. Às vezes uma simples citação define uma vida. Outras vezes, mostram como encará-la. Ao conceituar um homem, um grande filósofo disse que ‘ele deveria ser o que parece ser’.

Meu tipo inesquecível, na sua época de juiz da comarca, sem alardear, ou reconhecido pelas funções que exercia, e mais ainda pela maneira de tratar poderosos e fracos economicamente, com igualdade.

Eram famosas suas histórias, algumas hilárias, que dariam um livro com muitas páginas. Todas elas, tenham certeza, impregnadas, de humanismo, de carinho, de humor, de respeito humano.

Simples no vestir, nos gestos, extremamente inteligente e culto, vivia digladiando com um promotor de justiça, seu amigo incondicional. Este de inteligência brilhante, ágil, ferina, polemizava com tudo, usando mais gestos que palavras. Ele, calmo, mais ouvia que falava, quando em vez elogiava seu interlocutor e destilava ironia, bom humor. Quem os visse tinha certeza de que brigavam, quando na verdade se admiravam mutuamente.

Essas polêmicas, brincadeiras, davam um colorido especial à vida de ambos. Já na difícil arte de julgar, não falava em sacerdócio, sacrifício, mas agia com imparcialidade e isenção.

No seu tempo de magistrado nunca fez uso do ‘juridiquês’, de linguajar rebuscado, em que, a pretexto de honrar a erudição, perdia a clareza do raciocínio que deveria nortear suas decisões e se fazer entender pelas partes. Em síntese, o direito para ele era fazer justiça. Sempre com carinho e fina sensibilidade.

Os amigos que o admiravam brincavam com ele. Lembravam de uma jurada de um programa de televisão apresentado por Flávio Cavalcanti na extinta TV Tupi, no qual os jurados davam notas para candidatos a cantor. A famosa jurada Márcia de Windsor, ao invés de criticar, sempre elogiava os candidatos indistintamente, que eram na maioria das vezes bombardeados pelas críticas ácidas dos demais jurados. Ela era boníssima. Por isso, carinhosamente, os amigos chamavam nosso personagem de Márcia de Windsor. Diziam que, ao julgar no crime, ele absolvía. Quando no cível, acordo entre as partes...

Avesso a homenagens, mesmo assim foi agraciado com várias, incluindo o título de cidadão rio-pretense. Ficou conhecido como juiz do povo. Aposentado, falava mansamente, sem ressentimentos, sem mágoas pelo ostracismo, o que no fundo adorava. Inteligente, entendia o mundo e as pessoas. Suas companhias ninguém sabia dizer se eram subordinados, conhecidos, amigos ou colegas. Para ele, todos iguais.

Não vinha bem de saúde havia algum tempo e agora nos deixou. Como deixou também um exemplo de vida. É difícil



esquecê-lo. Meu tipo inesquecível foi o que sempre pareceu ser. O juiz Joaquim de Paula Ribeiro. A quem, com carinho, presto minha homenagem”.

Não sei em que jornal, provavelmente no mesmo acima citado, foi publicada uma crônica, de julho de 1998, intitulada “O Juiz do Povo”, assinada pelo jornalista Adib Muanis, que gostaria de ler aos senhores:

Quem se dispuser, um dia, a analisar os anais do Fórum de Rio Preto à época em que o dr. Joaquim de Paula Ribeiro era juiz (hoje está aposentado) encontrará, por certo, material abundante e rico, que daria para escrever um livro de sucesso, um surpreendente ‘best-seller’. Época de ouro do Judiciário rio-pretense, com promotores públicos, por exemplo, da estirpe de um Franz Alosio Dobbert, Walter Simardi, entre outros.

Joaquim de Paula Ribeiro foi um juiz que dignificou a magistratura. Como cidadão, soube resgatar a dignidade humana numa época muito difícil e conturbada (estamos falando dos anos seguintes ao golpe militar de 64).

Quando esfacelaram a Faculdade de Filosofia (hoje campus da UNESP), uma das mais respeitadas do país e começaram a ‘caça às bruxas’, muitos professores e alunos foram perseguidos, presos processados, exilados. Joaquim de Paula Ribeiro absolveu todos que caíram em suas mãos, não por questões ideológicas (não é isso o que está em discussão aqui), mas por respeito à democracia, ao cidadão, ao Direito.

Foi um juiz exemplar. Sua vida profissional não teve altos e baixos, pois sempre foi uma constante nele a aplicação da Lei, da Justiça. Tenho certeza que, em muitas ocasiões, deixou a balança pender para o lado mais frágil, desassistido. ‘Juiz do povo’, como o chamavam os mais humildes, homem de respeito, embora, às vezes, bastante brincalhão, como reconhecem seus pares. Hoje, goza de merecida aposentadoria, rodeado pelo carinho dos amigos e reconhecimento da cidade”.

E o cronista prossegue, agora lembrando histórias folclóricas que contavam sobre Joaquim:

“Certa vez, na periferia de Rio Preto havia um sitiante que estava em litígio com o vizinho por problemas relativos às medidas da terra. Esse cidadão foi intimado a ir ao Fórum várias vezes ter um ‘tête-à-tête’ com o juiz Joaquim de Paula Ribeiro. Mas nunca foi. Alegava que na casa dele só receberia o próprio Juiz. Atormentou os oficiais de Justiça encarregados de sua intimação.

‘– Doutor, o homem não vem mesmo, de jeito nenhum. Diz que só vem se o senhor for na casa dele. O senhor quer que a gente requisite a força policial?’, perguntaram os oficiais de Justiça.

‘– Não precisa, deixa ele comigo’, respondia o juiz, sempre rindo.

Uma tarde, ele chamou os oficiais e pediu que arrumassem uma viatura para a tão esperada visita. Convenhamos que isso realmente não é comum. Mas eram coisas do Joaquim. E lá seguiram, o juiz, um oficial de justiça e o motorista.

Joaquim gostava de fumar um cigarrinho de palha. No caminho, alisou bem a palha do milho, tirou o fuminho goiano do bolso – cheiroso como ele só – um canivete de estimação e, com paciência, começou a cortar o fumo em pedaços bem pequenos, que é pro cigarro sair redondinho.

Chegaram ao destino. O oficial desceu e foi chamar o homem teimoso:

‘– Você não queria ver o juiz? Pois ele está lá em cima te esperando.’

O caboclo foi, desconfiado. Olhou de lado e, vendo aquela figura, deve ter pensado:

‘– Esse aí não é juiz nem aqui, nem na China.’

Joaquim, ainda cortando calmamente o fumo para o seu cigarro de palha, travou o seguinte diálogo:

‘– Boa tarde’.

‘– ...Tarde’, respondeu o caboclo, mais desconfiado ainda.

‘– O senhor queria falar com o juiz?’

‘– Sim, senhor.’

‘– E qual juiz prefere: da 1ª Vara, 2ª Vara ou 3ª Vara?’



E o caboclo espantadíssimo:

‘– “Sartei de banda”, “pica-fumo”.’

Decerto há muito folclore nessa estória, e o cronista relata outra ocorrida entre o juiz Joaquim e um promotor da Comarca:

“Apareceu num bairro pobre de Rio Preto um circo, igualmente pobre. Tão pobre que foi se desmanchando. Como não tinha público, o dono do circo, para pagar os artistas, começou a vender cadeiras, madeiras das arquibancadas, lona, os cavalos que ajudavam no espetáculo, enfim, tudo o que podia ser vendido para fazer dinheiro e pagar as contas.

Sobrou só um elefante, com o qual o dono do circo ainda fazia algum showzinho para a criançada. Um dia, apareceu no Fórum uma ação de penhora do tal elefante. Algum credor que queria se garantir. O processo caiu nas mãos do promotor público Walter Simardi. Este, por sua vez, fez uma petição ao juiz Joaquim de Paula Ribeiro, pedindo a penhora do elefante e a consequente guarda judicial do animal.

O juiz despachou favoravelmente e determinou:

‘– Para guarda do elefante nomeio o senhor promotor público Walter Simardi que, além de gostar muito de animais, tem uma chácara próxima à cidade, com muita vegetação, própria para a alimentação do paquiderme.’

Doutor Simardi quase foi à loucura. Fez um requerimento ao Juiz, em caráter de ‘urgência urgentíssima’ desistindo da ação de penhora e devolvendo o elefante ao dono do circo. Fim da ação. No fundo, era isso que o juiz Joaquim de Paula Ribeiro, com seu imenso coração, queria...”

Muito folclore, mas a crônica mostra a maneira leve, divertida e humana, nem por isso menos séria, hoje talvez impraticável nos grandes centros urbanos, com que o juiz Joaquim de Paula Ribeiro tratava seus companheiros de trabalho e também os jurisdicionados.

Na região de Fernandópolis, na década de 1950, ainda nos primeiros anos da advocacia, Joaquim ganhou o apelido de “Corruíra”, pequena ave canora e rápida, isso porque, dizia-se, não parava, andava muito, corria o dia inteiro, como que voava; se era procurado no escritório, havia saído, estava no Fórum, mas logo depois ali já não estava mais, saíra, fora ao escritório do Dr. fulano de tal, e assim por diante...

No exercício do múnus público da advocacia, já aposentado como juiz, Joaquim fez por merecer da Ordem dos Advogados do Brasil, sob a presidência de Carlos Miguel Aidar, a 05 de dezembro de 2003, a “Láurea de Reconhecimento’ àqueles que, por meio século, mercê do respeito à Lei, ao Direito e à Ética, tornaram-se paladinos dos ideais da Classe”.

Em Rio Preto não atuou somente como juiz de Direito, também se dedicou com carinho ao ensino superior, foi professor e Patrono da 1ª Turma da Faculdade de Direito de São José do Rio Preto, em janeiro de 1971.

Em gratidão pelos bons serviços prestados à cidade onde se radicou e adotou como sua, o cidadão Joaquim de Paula Ribeiro recebeu da Câmara Municipal de São José do Rio Preto o Título de Cidadão Honorário Riopretense, galardão máximo que um povo pode conceder a um cidadão nascido fora dos limites de seu território.

Podia ter alcançado o topo da Magistratura, que serviu por 18 anos. Aposentou-se em 1975, tempo em que o pleno do Tribunal de Justiça de São Paulo ainda era composto por 36 desembargadores, dez por cento do número atual; como cresceu a litigiosidade, como se agigantou o Tribunal de Justiça, hoje somos 360, como que temos um desembargador para cada dia do ano, afora os queridos *pinguins* e os juízes convocados. É preciso repensar esse Tribunal de Justiça de São Paulo, que é o maior Tribunal do planeta...

Joaquim tinha orgulho, mais que isso, tinha profundo respeito pelo Tribunal de Justiça, o *nosso* Tribunal; aqui não aportou por opção de continuar vivendo no interior, ele era homem do interior; foi embora antes, não me viu aqui chegar como desembargador, mas sempre que nos encontrávamos ele não deixava de dizer com sua voz grave: “*Não pare na carreira, chegue até o Tribunal*”.



Joaquim nasceu e cresceu vivenciando as dificuldades e carências próprias da primeira metade do século XX; na fase jovem e adulta, enfrentou as turbulências da ordem política e social, especialmente do golpe militar de março de 1964, quando já era magistrado; e a tudo isso suplantou com altivez e independência, mercê de seu caráter e de sua sólida formação humanista. Nada de arrogância e ostentação. Jamais se deixou abater pelas vicissitudes da vida, deixou ser levado pela força do poder ou pelo poder da força, guiou-se sempre por ideal de Justiça, que no fundo pensava, como na letra de Almir Satter, “simplesmente cumprir a vida e ir tocando em frente, como um velho boiadeiro tocando a boiada, pela longa estrada...”

“*Não há equívoco maior do que confundir homens inteligentes com sábios*”, sentenciava Francis Bacon, pensador inglês dos séculos XVI e XVII.

Tinha razão o filósofo, sabedoria e inteligência não se confundem, nem sempre caminham juntas; não raro, a inteligência se envolve em disparates que se distanciam do melhor rumo para os destinos da humanidade.

Mas há homens que conseguem fundir inteligência e sabedoria em prol de um mundo melhor, mais humano, menos árido, menos cruel, mais brando, e Joaquim de Paula Ribeiro foi um desses; deve prosseguir assim, agora na eternidade!

“**NÃO É BOM QUE O HOMEM VIVA SÓ. É melhor ter companhia do que estar sozinho, porque maior é a recompensa do trabalho de duas pessoas. Uma corda de três cordões é difícil de arrebentar**” (Eclesiastes, 4.9-12).

Joaquim era assim, um ser gregário, especial, cuidadoso, cultivador do respeito e da gratidão. Guiou nosso pai, irmão mais velho dele, guiou nossa família em momento delicado de nossas vidas. Sempre presente em nossa humilde residência na querida Jales, onde moramos entre 1968 e 1972, lá estava o querido tio Joaquim. Na visão de minha irmã Therezinha:

“Joaquim foi aquinhoado de rara capacidade intelectual, a partir do eu pode adquirir uma vasta cultura que lhe permitiu exercer a profissão com sabedoria.

Essa inteligência era aliada a vivacidade, bom e fino humor, constatados por todos que o conheciam de perto, principalmente por seus familiares e amigos, que guardam a lembrança de suas palavras sábias e a fina ironia que as permeava no cotidiano, seja no trato com os colegas de profissão, seja no convívio social e familiar.

Era daqueles homens que fazem valer a sua passagem por esta vida. Ele mostrou a que veio e deixou a marca em todos aqueles que apreciavam a sua presença e hoje sentem a sua ausência.

Seu bom exemplo influenciou e ainda influencia gerações que o sucederam na escolha de profissões relacionadas à nobre arte do Direito: sobrinhos, netos e sobrinhos-netos.”

Joaquim, naturalmente, não era um ser perfeito, tinha lá os seus defeitos como os têm os bilhões de seres que freneticamente transitam e vivem no orbe terreno de provas e expiações; mas cultivava caros valores, não transigia com princípios, não se curvava senão a Deus e à própria consciência, jamais aceitou e defendeu atos de servilismos; veio ao mundo com missão muito clara a cumprir, e cumpriu; construiu numerosa e prodigiosa família; deixou uma legião de admiradores; ingressou no serviço público não para se servir, mas para servir, construiu um templo de paz e de virtude.

Se não tivesse partido em setembro de 2007, aos 82 anos a completar, ontem, 21 de outubro, completaria seus 90 anos. Não gostava de holofotes, mas deve estar por aqui, agora, presente em espírito.

Falo como desembargador desta Casa, aceito pela E. Presidência para o honroso mister; falo mais como sobrinho do homenageado.

Entre os pequeninos e os grandes, dos salões dos palácios até as humildes casas de chão batido, Joaquim era sempre o mesmo; sabia falar e ser ouvido com respeito e admiração, daí o merecido epíteto, o



“Juiz do Povo”, segundo o Promotor Paulo Humberto, o nosso “Tipo Inesquecível”.

Joaquim de Paula Ribeiro, obrigado pelo exemplo que nos deu; obrigado pelos bons serviços prestados; obrigado pelo legado que deixou.

Peço escusas pelo excesso de tempo; agradeço a presença de todos, dos magistrados, dos amigos, dos parentes, que com sua generosa paciência aqui permaneceram além do expediente, ou se deslocaram de seus trabalhos, de suas residências, sem vocês a solenidade não faria sentido.

Em nome da família falou **Joaquim de Paula Ribeiro Júnior**, filho do homenageado, que agradeceu seu primo e o presidente do Tribunal, desembargador José Renato Nalini, pela homenagem.

A cerimônia foi encerrada pelo vice-presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Eros Piceli. “O próprio Tribunal resta homenageado ao lembrar as grandes figuras que por aqui passaram”, afirmou.

Ao evento compareceram também o presidente da Seção de Direito Privado do TJSP, desembargador Artur Marques da Silva Filho; o presidente da Seção de Direito Público, desembargador Ricardo Mair Anafe; o presidente da Comissão de Resgate da Memória da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção São Paulo, José de Ávila Cruz; os filhos do homenageado Maria Cristina Falleiros de Paula Salomão, Luiz Augusto Falleiros de Paula e Adriana de Paula Stephan; a nora Vera Regina; os netos Juliana, Alexandre, Ricardo, Fernando, Marco Túlio, Maria Paula, Renato, Joaquim Neto, Paulo Henrique, Guilherme, Eduardo e Leonardo; bisnetos Maria Eugênia, João Pedro, Francisco e Ana Júlia; demais desembargadores, juízes, autoridades civis e militares, servidores e amigos.

